GT 43: Problemas y debates sobre historia del siglo XIX en el Río de la Plata

Nas fronteiras do Império português: a trajetória administrativa do Marquês de Alegrete

Clarissa Prestes Medeiros Vianna

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista CAPES.

clarissa.pmv@gmail.com

Introdução

A trajetória administrativa do Marquês de Alegrete pode ser uma via de acesso interessante para compreender as diferentes estratégias políticas e administrativas do Império Português na América, em fins do período colonial. Sendo um português pertencente à nobreza, percebe-se em sua trajetória as características propostas pela Coroa portuguesa para a melhor governabilidade de seu Império ultramarino.

Além disso, a análise da trajetória administrativa do Marquês de Alegrete se faz presente em um período em que a sociedade ainda era regida pelas práticas herdadas do Antigo Regime, as quais essa sociedade entendia e mantinha os meios para garantir uma posição na hierarquia econômica, social, política e mesmo administrativa.

Vale frisar que não há nenhum estudo específico sobre a trajetória do Marquês de Alegrete, que meramente figura como coadjuvante em obras e trabalhos que tem por objeto o Rio Grande do Sul no período do Império Português. Esse, inclusive, é um fato que motivou o presente trabalho.

Com base nessa problemática e no trabalho de Maria de Fátima S. Gouvêa (2001) que mostra as estratégias utilizadas pela administração portuguesa na forma de uma *economia*

política de privilégios[1] e o estabelecimento de trajetórias administrativas em determinados territórios no ultramar, percebe-se que são questões interessantes a serem analisadas quando do estudo da administração do Marquês.

Não obstante isso, é possível que esse estudo venha a revelar questões interessantes a respeito da forma de atuação do Marquês de Alegrete na sua posição de Governador da Capitania, além do funcionamento da sua rede de relacionamentos sociais e políticos e a conseqüente influência destas na política regional.

Assim, o objetivo principal deste estudo é a investigação acerca das relações sociais na qual o Marquês de Alegrete pertencia ou por ele construída no período inicial de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, procurando analisar as relações sociais estabelecidas no processo de sua inserção social na Capitania e de continuidade da governabilidade do Império Português.

Quanto à metodologia, a redução de escala de análise pretendida pela micro-história italiana deve mostrar, como Giovanni Levi (2001) aponta em sua obra, os aspectos não revelados pela análise do macro, e assim, servir para reconfigurar uma visão mais ampla do processo. Em seu «A Herança Imaterial», a partir da comunidade de Santena, o referido autor procura nos mostrar como as mudanças ocorridas no século XVII vão influenciar as escolhas e as decisões dos indivíduos dessa comunidade.

Assim, busca-se mostrar com o presente estudo uma análise em escala reduzida sobre as relações sociais do Marquês de Alegrete como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1814-1818), e a partir delas observar as estratégias de um indivíduo em busca da inserção social e da continuidade política do Império Português.

Diante de tudo isso, vê-se que o presente trabalho é uma análise em redução de escala do período colonial brasileiro, em especial da fronteira da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul nos anos de 1814 a 1818, através das correspondências expedidas e recebidas pelo Marquês de Alegrete — português recém-chegado para atuar como Governador e Capitão-General da Capitania — nesse período. Com essa análise, visa-se obter conhecimento acerca das práticas administrativas e políticas da época e também sobre as estratégias militares, políticas e administrativas desenhadas pelo Império Português para o ultramar e aqui aplicadas pelo enviado do Império, o Marquês de Alegrete.

---

[1] A economia de política de privilégios consiste em «uma dada noção de pacto e de soberania, caracterizada por valores e práticas tipicamente do Antigo Regime» (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2000, p. 75). A partir da distribuição de mercês e/ou privilégios o soberano retruibuía o serviço de seus vassalos, mas também reforçava os laços e o sentimento de pertença desses com o Império Português.

A Capitania que aguardava o Marquês

Em 1814, Luís Teles da Silva Caminha e Meneses, o 5º Marquês de Alegrete, chegava a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul nomeado pelo Príncipe Regente Dom João para assumir o posto de Governador e Capitão-General. Para que seja possível entender os objetivos da vinda do Marquês a essa Capitania, é necessário ter a devida compreensão sobre o que o aguardava nestas bandas.

A formação da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul

O território que em 1814 constituiu a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul já constava nos mapas portugueses sob o nome de Capitania d'El-Rei desde o século XVI, ou seja, era um território pertencente aos domínios espanhóis. O Tratado de Tordesilhas[2] definia o fim das terras portuguesas na altura de Laguna, mas Portugal ansiava por estender seus domínios até a foz do Rio da Prata[3].

Uma primeira expedição de conquista, organizada em 1677, malogrou. Outra, de 1680, sob comando de Dom Manuel Lobo, conseguiu chegar ao rio da Prata assim, fundando a Colônia do Sacramento. Logo após a sua fundação, a Colônia do Sacramento é atacada e destruída pelos espanhóis e, através de negociações diplomáticas, a posse da Colônia foi devolvida a Portugal pelo Tratado Provisional de Lisboa (1681).

Desde o período de sua fundação, a Colônia do Sacramento foi alvo das disputas entre espanhóis e portugueses, posto que essas disputas eram reflexos dos acontecimentos ocorridos na Europa entre as duas Coroas.

Para servir de apoio a longíqua povoação de Colônia do Sacramento, é fundada, em 1684, a povoação de Santo Antônio dos Anjos de Laguna no território de Santa Catarina. A partir dela iniciam-se expedições para estabelecer um caminho por terra até a Colônia do Sacramento.

---

[2] Foi um tratado celebrado entre o Reino de Portugal e o Reino da Espanha para dividir as terras "descobertas e por descobrir" por ambas as Coroas fora da Europa. Este tratado surgiu na sequência da contestação portuguesa às pretensões da Coroa espanhola resultantes da viagem de Cristóvão Colombo, que ano e meio antes chegara ao chamado Novo Mundo. O tratado definia como linha de demarcação o meridiano 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde. Esta linha estava situada a meio-caminho entre estas ilhas (então portuguesas) e as ilhas das Caraíbas descobertas por Colombo. Os territórios a leste deste meridiano pertenceriam a Portugal e os territórios a oeste, à Espanha. (GOLIN, 2002)

[3] A Coroa portuguesa almejava chegar até as margens do Rio da Prata, pois o estuário era a via mais rápida e importante de acesso a área mineradora de Potosí, e também possibilitava a prática de um ativo comércio que abastecia as populações da região, o contrabando. Este «foi a forma mais frequente de prática mercantil que se realizou na Região Platina durante o período colonial» (REICHEL, 2006, p. 44) e um dos motivos da fundação da Colônia do Sacramento (1680) logo em frente a cidade de Buenos Aires.

Em 1735, um incidente diplomático em Madrid serviu como pretexto para um novo ataque à Colônia, que permaneceu cercada por forças espanholas sob o comando de D. Miguel de Salcedo até 1737. Com instruções do Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, o brigadeiro José da Silva Paes tinha três alvos: expulsar os espanhóis de Montevidéu, socorrer a Colônia do Sacramento e ocupar o porto de Rio Grande de São Pedro.

Assinado o armistício e fracassados os intentos do brigadeiro no Prata, visando fortalecer a presença portuguesa no extremo sul do Brasil em 1737, o brigadeiro José da Silva Paes principia a ocupação e fortificação do porto de Rio Grande de São Pedro. Assim, iniciou-se a ocupação oficial portuguesa com a fundação do presídio Jesus Maria José, dando origem a cidade de Rio Grande[4].

O local era um ponto estratégico para a defesa do território, estando a meio caminho entre Laguna e a Colônia do Sacramento. Em 1750, Portugal e Espanha assinaram um novo tratado — o Tratado de Madrid[5] — para por fim às disputas coloniais na América, no qual consistia na permuta da Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões.

Para executar os trabalhos de demarcação estabelecida pelo novo tratado, as coroas nomearam, em 1752, dois comissários: Gomes Freire de Andrada, Governador do Rio de Janeiro, e o espanhol Marquês de Valdelirios. A delimitação dos domínios das Metrópoles foi dificultada pela resistência dos índios que habitavam esses territórios. Os índios guaranis da região dos Sete Povos das Missões recusaram-se a deixar suas terras e a se transferir para o outro lado do rio Uruguai, conforme ficara acertado no Tratado de Madrid.

Em resposta, as autoridades enviam tropas contra os nativos e a guerra eclode em 1754, que ficou conhecida como Guerra Guaranítica. Um exército formado por espanhóis e portugueses atacam os territórios missioneiros e derrotam os índios, em 1756.

No contexto da Guerra anglo-francesa dos Sete Anos[6] (1756-1763), acirrou a tensão entre Portugal e a Espanha, permanecendo a Colônia do Sacramento em mãos de Portugal. Esta foi novamente invadida por tropas espanholas sob o comando de D. Pedro de Cevallos em 1762, para ser devolvida em virtude do Tratado de Paris (1763).

---

[4] Essas informações tem como referência o trabalho de Tau Golin (2002).

[5] O tratado eliminou os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas (1494) e estableceu o princípio de *uti possidetis* (aquilo que possuis). Por ele, cada reino comservaria as terras que já tivesse ocupado na fronteira, com uma exceção: a Espanha ficava com a Colônia do Sacramento e, em troca, Portugal receberia o território dos Sete Povos das Missões.

[6] Na Europa, França e Espanha guerreavam contra a Inglaterra. Portugal se recusou a fechar os portos a navios com a bandeira inglesa, sua aliada, e teve várias cidades invadidas.

Em 1763, Rio Grande foi invadida pelos espanhóis. As tropas de Cevallos avançaram sobre Colônia do Sacramento, passaram pela fortaleza de Santa Tereza e ocuparam Rio Grande na barra da Lagoa dos Patos. A ocupação espanhola desses territórios durou quatorze anos, pois a retomada de Rio Grande pelas tropas luso-brasileiras só se deu em 1776. Em 1777, nova invasão espanhola comandada por D. Pedro de Cevallos, que atacou a Colônia do Sacramento e tomou a ilha de Santa Catarina. Quando D. Pedro de Cavallos se preparava para avançar novamente sobre Rio Grande, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Santo Ildefonso[7], em 1777.

Com o Tratado de Santo Ildefonso (1777), as fronteiras foram restituídas e estabelecia que a Espanha ficaria com a posse tanto da Colônia de Sacramento como dos Sete Povos das Missões, enquanto Portugal retomara a posse da ilha de Santa Catarina. Durante 24 anos, as duas Coroas disputaram a zona dos territórios neutrais palmo a palmo, posto que

> O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, criou o território neutral entre as colônias ibéricas. Exceto quanto as áreas entre o Taim e o Chuí, e Santa Tecla (Bagé) e a Boca do Monte (Santa Maria), durante o trabalho demarcatório, os comissários tiveram divergências insolúveis em diversos setores. A discussão demarcatória e diplomática foi «superada» pela guerra de 1801, quando os luso-brasileiros ocuparam as áreas litigiosas e também expandiram as fronteiras para o oeste, para o sudeste e para o sul. (GOLIN, 2002, p. 197)

Mais uma vez, em 1801, Portugal e Espanha estão em guerra[8]. Assim, o governador Sebastião Veiga Cabral recrutou um exército às pressas e dividiu suas forças em duas frentes: uma em Rio Grande para atacar a Banda Oriental e a outra em Rio Pardo para atacar os Sete Povos das Missões. Na sua rápida guerra de conquista, os portugueses ampliaram o seu território para além do Rio Piratini, incluindo os Sete Povos das Missões, até o rio Ibicuí e as cabeceiras do rio Negro.

---

[7] Com este tratado, o espanhóis ficaram com os Sete Povos das Missões, a Colônia do Sacramento e a navegação no Prata. Como novidade, o tratado criou os «Campos neutrais», uma faixa desabitada de terra que se estendia dos banhados do Taim ao Arroio Chuí, de forma a evitar um confronto direto entre os colonizadores.

[8] A chamada Guerra das Laranjas foi um curto episódio militar ocorrido entre Portugal e a Espanha em 1801, com extensos desdobramentos, quer na Península Ibérica, quer no ultramar português. O exército espanhol penetrava em Portugal pelo Alentejo, e no curto espaço de dezoito dias, era senhor da região do Alto-Alentejo. (Para maiores explicações sobre a Guerra das Laranjas: CAMARGO, Fernando da Silva. O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América meridional. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.) A parte do conflito travada no Brasil é conhecida como Guerra de 1801 e trouxe uma expansão importante para o Brasil, principalmente para a Capitania do Rio Grande de São Pedro, que aumentou seu território em um terço.

Após a guerra de 1801, com o Tratado de Badajoz[9], se redefiniria o traçado das fronteiras, entregando os Sete Povos das Missões para Portugal, permanecendo a Colônia de Sacramento com a Espanha. Em 1807, através de uma Carta Régia do Príncipe Regente Dom João, a Capitania ganhou sua autonomia e foi elevada a Capitania Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Aos fatores internos que transformam a vida da capitania, somam-se os reflexos dos acontecimentos na Europa desde 1789. Neste contexto, surge a figura de Napoleão Bonaparte.

Em 1807 o Imperador Francês invade Portugal e, no ano seguinte, a Espanha. A intervenção leva a fragmentação do Império espanhol, como também em suas colônias. No Brasil, o efeito é contrário, a família real transfere e instala a corte no Rio de Janeiro, abrindo caminho para uma autonomia sem se fragmentar. A política externa de Portugal passou a ser decidida a partir de sua colônia, o Brasil.

Assim, o Príncipe Regente D. João instalado no Rio de Janeiro, no que tange à política de fronteiras do Brasil, afora a realização de uma expedição para tomar a Guiana Francesa, volta a sua atenção exclusivamente para a região do Prata, com o objetivo de anexar a Banda Oriental ao Brasil.

Após a independência de Buenos Aires, em maio de 1810, foram criadas as Províncias Unidas do Rio da Prata, que desejavam a anexação da Banda Oriental ao novo país. Devido à revoltas internas, o governo uruguaio recorreu à ajuda portuguesa. Em socorro, Dom João VI enviou soldados do Rio de Janeiro para apoiar a cidade platina então ameaçada.

De outro lado, na Primeira campanha cisplatina, em 1811, as forças portuguesas ajudaram os espanhóis sitiados em Montevidéu a repelir Artigas e os rebelados argentinos, que permaneceram na região com a prática de guerrilhas.

Assim, quando da chegada do Marquês de Alegrete a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1814, observa-se uma situação de instabilidade, devido as aspirações de D. João, e as diversas guerras ocorridas em sua fronteira e que ainda viriam a ocorrer[10].

---

[9] Este tratado colocava fim a Guerra das Laranjas, embora tenha sido assinado por Portugal sob coacção, já que o país encontrava-se ameaçado pela invasão de tropas francesas estacionadas na fronteira. Pelos seus termos, bastante severos para Portugal, estabelecia-se: Portugal fecharia os portos de todos os seus domínios às embarcações da Inglaterra; a Espanha restituía a Portugal as fortificações e territórios conquistados; a Espanha conservava, na qualidade de conquista, a praça-forte, território e população de Olivença, mantendo o rio Guadiana como linde daquele território com Portugal; eram indenizados, de imediato, todos os danos e prejuízos causados durante o conflito pelas embarcações da Inglaterra ou pelos súbditos de Portugal. Com relação aos domínios coloniais na América, por este novo diploma Portugal cedia ainda metade do território do Amapá à França, comprometendo-se a aceitar como fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, o rio Araguari até à foz.

[10] Como anteriormente, o trabalho de Tau Golin (2002) nos serviu de texto base.

A importância da Capitania para o Império Português

A região sul do Brasil, ao contrário do nordeste e do sudeste, esteve muito tempo fora do alcance dos interesses de Portugal em virtude de diversos fatores, dentre os quais cabe destacar a posição geográfica no litoral das terras lusitanas no continente americano (posição esta que a tornava distante das células iniciais da colonização e, portanto, afastada do eixo econômico estabelecido entre o Brasil e a Metrópole).

Apenas a partir da segunda metade do século XVII, o território ao sul da ilha de Santa Catarina chamou a atenção dos portugueses.

Em 1680, à margem esquerda do Rio da Prata, os portugueses fundam a Colônia do Sacramento. Entre Laguna — até então a povoação mais avançada do litoral sul — e a Colônia do Sacramento foi aberto o caminho destinado, sobretudo, a atender ao comércio do gado. Nessas idas e vindas, portugueses e lagunistas tornaram-se conhecedores da existência do grande rebanho selvagem que ali existia à solta e aproveitaram-no. Assim, foi com através da pecuária que a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul teve a sua importância elevada no contexto do Império Português.

A introdução do gado bovino e cavalar nesse território foi obra dos colonizadores espanhóis. Um dos principais fatores que contribuíram para a disseminação e formação dos rebanhos na Região Platina foi com a catequização promovida pela Companhia de Jesus. Os jesuítas adquiriram o gado e o redistribuíram nas suas diversas reduções, onde os animais se reproduziram rapidamente, multiplicando a quantidade inicial. Embora o objetivo dos padres fosse a catequese, trataram também da disciplinação do elemento nativo numa diretriz econômica, desenvolvendo a agricultura, a pecuária e a exploração de madeira.

No século XVII, os bandeirantes atacaram algumas das reduções jesuítas, sendo que essas foram abandonadas pelos seus habitantes e o gado foi deixado para trás. Dessa forma, o gado se reproduziu naturalmente e na região, formando grandes rebanhos de gado selvagem. Esse fato, aparentemente sem grande importância, foi a verdadeira base do povoamento da região, pois estabeleceu-se o comércio entre Laguna e as vacarias e, mais tarde, depois entre essas e São Paulo, tornando conhecida a vasta zona dos Campos meridionais.

A povoação oficial portuguesa da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul se deu a partir da fundação do presídio Jesus Maria José, em 1737, que originou a cidade de Rio Grande. No mesmo ano, o brigadeiro José da Silva Paes, responsável pela fundação do presídio, iniciou a organização das estâncias reais de Bojoru e Capão Comprido (SANTOS, 2006, p. 67) e, além delas a população que ali se formava também organizou suas próprias estâncias.

Para se afirmar naquela região, a Coroa portuguesa se aproveitou de uma sistema muito utilizado anteriormente, ou seja, dividindo a terra em lotes e distribuindo os a particulares. Trata-se do sistema de posse que empregou em todas as suas colônias: a lei de sesmarias[11], que remonta ao ano de 1375.

Nos territórios ao sul da ilha de Santa Catarina, as primeiras sesmarias foram concedidas aos tropeiros que se deslocavam de Laguna para caçar o gado selvagem. Mas foi com a paz, garantida pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), que se intensificou a distribuição de terras, principalmente aos chefes militares que haviam lutado na guerra contra os espanhóis na retomada de Rio Grande. A legislação das sesmarias serviu para reforçar a concentração de terras nas mãos de poucos privilegiados. Com isso,

> A disputa pelas terras de zona fronteiriça intensificou-se, pois a riqueza ganadeira dessas era enorme. As duas Coroas militarizaram a área, construindo fortes, destacando milícias de soldados e guardas de fronteira. Os portugueses, usando da tática do *uti possidetis*, concederam sesmarias a civis com a intenção de forçar o avanço da linha demarcatória ara o oeste. (Reichel, p. 50)

Apesar do tratado, a região já com maior autonomia e elevada a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, foram concedidas sesmarias aos oficiais do exército português dentro dos campos neutrais. Vale lembrar que a expansão dos luso-brasileiros sobre esses territórios arduamente disputados com a Coroa espanhola, representou um grande acréscimo de terras para pecuária e gado. Dessa forma permitiu a expansão extensiva da pecuária rio-grandense.

Além disso, a partir de 1780, devido a uma estiagem ocorrida no nordeste, o português José Pinto Martins, que produzia carne seca[12] no Ceará, tranferiu seu negócio para o sul[13] e instalou-se as margens do arroio Pelotas.

Diante de tudo isso, a carne torna-se o principal valor e a estância torna-se o centro de uma estrutura econômica desta região à época, fundada na criação extensiva de gado. Assim, as charqueadas atuariam como uma extensão na cadeia econômica em relação à criação de gado, posto que possibilitariam à região não só a produção de carne e como também os demais produtos oriundos do gado, se tornando uma atividade dominante na Capitania.

---

[11] A Lei das Sesmarias foi uma legislação do reinado de Fernando I de Portugal Foi promulgada em Santarém a 28 de maio de 1375, e insere-se num contexto de crise económica que se manifestava há já algumas décadas por toda a Europa e que a peste negra agravou. A *l*ei das Sesmarias pretendiam fixar os trabalhadores rurais às terras e diminuir o despovoamento.

[12] Embora o ato de charquear já fosse conhecido, foi a partir de 1780 que se teve maior estabilidade com a organização das charqueadas.

[13] A matéria-prima, o gado, estava se tornando insuficiente par atender as demandas do consumo da carne seca pelos engenhos da Bahia e Pernambuco, que ansiavam em alimentar seus escravos.

Assim, a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul ganha vital importância para o Império português, pois «estava habilitada a suprir o amplo consumo das outras capitanias» (Santos, 2006, p. 80).

Por óbvio, a exploração da pecuária como alicerce econômico principal da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul teve um reflexo social e político interessante, posto que veio a ser fator relevante para a formação da hierarquia política-administrativa da região, além de estabelecer práticas e relações sociais, como refere Luís Augusto Farinatti:

> O Rio Grande do Sul, em meados do século XIX, tinha na comercialização de produtos agropecuários (sobretudo o charque), para o mercado interno brasileiro, o principal eixo de sua economia. Suas instituições administrativas e políticas, além de uma série de práticas e relações sociais, eram semelhantes aquelas vigentes nas demais áreas que faziam parte de um vasto complexo econômico integrado no centro-sul do Brasil. (Farinatti, p. 20)

Essas práticas políticas e sociais ainda se faziam presentes na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul à época da vinda do Marquês de Alegrete para a região, que acabaram por influenciar sua forma de atuação na posição de Governador e Capitão-General da Capitania. Vale ressaltar que a expansão pecuária e charqueadora na Capitania se dá à época da expansão sobre terras disputadas com o Império espanhol, nas duas primeiras décadas do século XIX, parte desse período sob o governo do Marquês[14].

Considerações finais

A Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, como dito anteriormente, era de suma importância para o Império português e o Marquês de Alegrete tinha total consciência deste fato. Através de suas correspondências com as autoridades da Capitania, pode-se notar que o Marquês de Alegrete buscou, desde o início de sua administração como Governador e Capitão-General, manter os interesses da Coroa portuguesa, mesmo numa das fronteiras mais disputadas do Brasil.

[14] Como nos mostra Farinatti (2010): «A incorporação de terras e animais realizada nessas três primeiras décadas do século XIX atuou como um catalizador da expansão pecuária que transformou a fronteira na grande zona de criação de gado da recém-criada província do Rio Grande de São Pedro do Sul. O charque havia se tornado dominante nas exportações sulinas já na década de 1790, fornecendo um impulso ainda maior a esse processo. A pecuária que se expandia e a exportação de charque que lhe dava vazão, ao longo de todo o século XIX, foram atividades mercantis voltadas, primordialmente, para o mercado interno brasileiro.» (p. 75-76) Assim, o período da administração do Marquês de Alegrete como Governador da Capitania, é deveras crucial para a expansão da fronteira.

As suas relações sociais que iniciou e que manteve no período de sua administração com as mais diversas autoridades, tanto militares como administrativas, através das correspondências oficiais, demonstra como o Marquês de Alegrete estava vinculado às estratégias políticas e administrativas que o Império português utilizava no ultramar.

Com as relações sociais estabelecidas com chefes militares da Capitania, observa-se o intuito tanto da Coroa portuguesa como do Marquês de Alegrete como Governador e Capitão-General da Capitania, em se expandir territorialmente e de, através das suas correspondências expedidas, de organizar militarmente a Capitania para uma ofensiva territorial, sendo que para isto precisava de todo o apoio e lealdade desses chefes militares. Desse modo, como já foi dito anteriormente, o Marquês de Alegrete via a importância da Capitania para o conjunto do Império português, e por meio desta a expansão territorial visando os territórios neutrais e mesmo a anexação do atual Uruguai. Como mostra Farinatti:

> A conquista, os saques e a ocupação sistemática de vastas áreas de boas pastagens nas planícies disputadas com os castelhanos, significava a abertura de uma nova fronteira agrária, que vinha desafogar e ampliar as possibilidades daquele sistema extensivo e da economia sulina como um todo. (Farinatti, 2010, p. 72)

Assim, o Marquês de Alegrete, no período de sua administração como Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, buscou estabelecer relações com as autoridades para uma melhor inserção social, mas também para melhor administrar o território e sua respectiva manutenção, além de fincar bases sólidas para, em anos futuros de sua administração, tentar expandir a fronteira.

Referências bibliográficas

Farinatti, Luís Augusto Ebling. Confins Meridionais: famílias de elite e a sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

Fragoso, João; Gouvêa, Maria de Fátima; Bicalho, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império. Penélope, nº 23, 2000. p. 67-88.

Gil, Tiago. Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2002. (Dissertação de Mestrado)

Gil, Tiago; Hameister, Martha. Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). Em: Fragoso, João; Almeida, Carla; Sampaio, Jucá (org). Conquistadores e negociantes: história da elite no Antigo Regime nos trópicos. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 265-310.

Golin, Tau. A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002.

Gouvêa, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). Em: Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 285-315.

Levi, Giovanni. A herança imaterial: Trajetória de um exoercista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

Monteiro, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. Em: Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 249-283.

Reichel, Heloisa Jochims. Fronteiras no espaço platino. Em: Boeira, Nelson; Golin, Tau. (coord). Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 1)

Ribeiro, José Iran. Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005.

Santos, Corcino Medeiros dos. Importância da capitania do Rio Grande para o Brasil. Em: Boeira, Nelson; Golin, Tau. (coord). Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 1)